

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º , DE 2012.

Dá nova redação aos arts. 7º e 10 da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, que regulamenta o disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Os arts. 7º e 10 da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º. Nas consultas plebiscitárias previstas no art. 4º, quando se tratar de desmembramento para criação de novos estados, entende-se como população diretamente interessada a do território que se pretende desmembrar; no caso de fusão ou anexação, tanto a população da área que se quer anexar quanto a da que receberá o acréscimo.

Art. 10. O plebiscito ou referendo, convocado nos termos da presente Lei, será considerado aprovado ou rejeitado pela apuração da maioria simples dos votos válidos.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em de abril de 2012.

Justificação

Respaldado pelas normas constitucionais relativas à competência privativa da União para legislar sobre a matéria (art. 22, XIII, c/c o art. 14, caput, da CF), à atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (art. 48, caput, da CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar concorrente (art. 61, caput, da CF). Apresento aos meus ilustres pares o Projeto de Lei em tela, o qual tem como objetivo alterar os arts. 7º e 10 da Lei n.º 9.709, de 1998, que “regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal”, para delimitar o que seja população diretamente interessada.

Ocorre que a delimitação vigente na referida Lei torna praticamente inviável a autorização popular para o início do processo legislativo para a criação de novas unidades federativas, isto é, a criação de novos estados. Uma vez que as novas unidades tendem a ser menores, em termos populacionais, que as remanescentes, os governos locais investem pesadamente na negativa da população em decorrência do medo de perderem representatividade em nível nacional.

E qual a razão de se criarem novos estados? Seria somente para o aumento dos gastos públicos como noticia a imprensa? Ou somente para fazer alguns estados menores? Obviamente que não.

O egrégio professor Paulo Bonavides afirmou que abandonar o unitarismo centralizador do império foi uma solução para as dificuldades que embargavam o desenvolvimento do País, disse ainda que a manutenção deste unitarismo seria letal às instituições (BONAVIDES, Paulo. O caminho para um federalismo das regiões. Revista de Informação Legislativa, Brasília, n. 65, p.115-126, jan/mar. 1980. Senado Federal). O que ocorre atualmente, em alguns Estados brasileiros, é um unitarismo centralizador que é causa de diversos problemas sociais, econômicos e de segurança que, por vezes, ultrapassam as fronteiras estaduais e se tornam problemas de toda a nação. Então, criar novos estado objetiva dirimir os problemas que o governo central não consegue devido ao seu extenso território.

Vejamos um exemplo prático: o Estado do Mato Grosso tem uma área de 906.806 km², mais de quatro vezes maior que a área do Estado de São

Paulo e é praticamente do mesmo tamanho que Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo juntos. Por sua dimensão, não consegue se beneficiar de uma ação de governo capaz de induzir um desenvolvimento harmônico do Estado. Outro problema enfrentado é a segurança da faixa de fronteira, que padece, pelos mesmos motivos, de falta de segurança, abrindo o caminho para o tráfico de drogas, armas, pessoas, e outros tantos ilícitos transnacionais. O que se dizer então da faixa de fronteira amazônica, que corresponde a mais da metade de toda a faixa de fronteira brasileira.

Noutro prisma podemos nos espelhar na divisão do antigo Estado do Mato Grosso, criando o Mato Grosso do Sul, fato que proporcionou um grande desenvolvimento no novo Estado, ainda que tenha deixado o atual Estado do Mato Grosso muito extenso.

A recente tentativa de redivisão do gigantesco Estado do Pará colocou à prova a legislação vigente e mostrou o quanto inviabilizadora é a mesma. O pretendido Estado do Tapajós, por exemplo, teria uma população de aproximadamente 1,2 milhão de habitantes, e foi inviabilizado pelos mais de 4,4 milhões de habitantes do Pará remanescente, o qual foi em massa contra a criação do Estado do Tapajós.

Não obstante a população do estado remanescente estar envolvida no processo, não pode ser esta considerada diretamente interessada, pois não é ela que está, em alguns casos, distante cerca de **1,8 mil quilômetros** da capital do seu Estado, dependendo de meios de transporte precários quando necessita procurar o governo central, como é o caso do município de Jacareacanga, no extremo oeste do Estado do Pará.

Com base nas afirmativas aqui explicitadas apresento o Projeto de Lei em tela, para o qual solicito o aperfeiçoamento e aprovação por parte de maus ilustres pares.

Senador MOZARILDO CAVALCANTI